

Políticas de retratação em periódicos científicos do domínio do Direito

Paula Carina Araujo

Universidade Federal do Paraná- UFPR; Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4608-752X> email: paulacarina@ufpr.br

Patricia Souza Santos de Rezende

Universidade Federal do Paraná- UFPR; Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5320-9137> email: patricia.rezende@ufpr.br

Daiana Ellen Canato

Universidade Federal do Paraná- UFPR / Instituto Federal do Paraná – IFPR; Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7827-9879> email: daiana.canato@ufpr.br

Janaina Lima Souza

Universidade Federal do Paraná- UFPR; Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-0347-8644> email: janainalsouza.adv@gmail.com,

Resumo

A retratação é um mecanismo para corrigir a literatura publicada e alertar os leitores sobre artigos que contêm conteúdo ou dados falhos ou errôneos que comprometem a sua confiabilidade. Objetiva investigar as políticas de retratação dos periódicos científicos da Rede de Editores de Revistas Jurídicas. O corpus de análise desta pesquisa foi composto pelos 13 periódicos científicos que fazem parte da Rede. As páginas web dos periódicos foram consultadas, especialmente, a página de descrição (sobre), as políticas editoriais e as diretrizes para autores, o que possibilitou o desenvolvimento de uma pesquisa exploratória e documental. Os resultados demonstram que todos os periódicos seguem diretrizes de integridade científica recomendadas por entidades reconhecidas. A Revista de Investigações Constitucionais é a única que possui política editorial específica e acessível sobre retratação, disponível em seção própria no seu website.

Palavras-chave: Retratação, Periódico científico, Política editorial, Direito.

1. Introdução

A retratação científica não é uma prática recente, remontando ao início do século XX. Trata-se do procedimento de remoção de um artigo ou de sua marcação formal como retratado, indicando que o conteúdo publicado contém falhas graves ou violações éticas. Essa prática desempenha papel essencial na preservação dos princípios fundamentais da ciência, como a integridade, a confiança e a honestidade.

Segundo o *Committee on Publication Ethics* (COPE, 2019), a retratação é necessária quando há comprovação de má conduta científica, como falsificação ou fabricação de dados, plágio, manipulação de resultados, conflitos de interesse não declarados, uso indevido de informações confidenciais ou ausência de consentimento dos participantes. Ao corrigir o registro científico e alertar a comunidade sobre estudos inválidos, a retratação contribui para a transparência e a credibilidade da comunicação científica.

Nas últimas duas décadas, Banerjee, Partin e Resnik (2022) observaram um aumento considerável no número de retratações científicas, fenômeno que pode ser atribuído tanto à crescente conscientização sobre a ética na pesquisa quanto ao aperfeiçoamento das tecnologias de detecção de erros e fraudes, com o uso de softwares avançados de rastreamento de similaridade textual e manipulação de imagens. Esse movimento reflete uma maior vigilância da comunidade científica e o reconhecimento de que a retratação, mais do que um ato punitivo, é um instrumento de correção e aprendizado coletivo.

Diante dos desafios éticos e da necessidade de preservar a confiança do público nas pesquisas publicadas, torna-se imprescindível que os periódicos estabeleçam políticas claras e transparentes de retratação. Essas diretrizes devem definir, entre outros aspectos, os procedimentos a serem adotados, os responsáveis pela emissão da retratação e as formas de comunicação ao público leitor. A adoção de normas bem estruturadas é um passo decisivo para garantir a integridade e a transparência da publicação científica, fortalecendo tanto a credibilidade das revistas quanto a confiança dos leitores nos resultados divulgados.

Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo investigar as políticas de retratação adotadas pelas revistas que integram a Rede de Editores de Revistas Jurídicas (RERJ). A RERJ é formada por editores de periódicos científicos na área do Direito, com o propósito de “estudar, debater, difundir e aperfeiçoar a atividade de editoria de revistas científicas no cenário jurídico brasileiro” (RERJ, 2025). Esta pesquisa integra o projeto *Gestão da Informação Científica no Contexto da Ciência Aberta*, que tem se dedicado a estudos sobre os periódicos científicos da área jurídica.

2. Retratação em periódicos científicos

As retratações em periódicos científicos desempenham papel fundamental no combate às tentativas de desinformação, reduzindo seu alcance e impacto potencial (Silva, Dias e Muriel-Torrado, 2024). O fenômeno aproxima-se do debate sobre desinformação científica, ao alertar para os riscos da circulação de conhecimento inválido mesmo após o reconhecimento oficial de sua inconsistência.

O *Committee on Publication Ethics* (COPE) publicou o documento *Retraction Guidelines* (2019), com orientações para editores sobre os procedimentos de retratação de artigos, incluindo diretrizes sobre como lidar com os casos, o prazo adequado para emissão da retratação, quem deve emití-la e o que deve ser feito quando houver evidências inconclusivas.

De acordo com o COPE (2019), a retratação “pode ser justificada se houver evidências claras de erros graves, fabricação de dados ou falsificação que comprometam a confiabilidade dos resultados da pesquisa”. Além disso, ela também se aplica a casos de plágio, uso não autorizado de dados ou materiais, práticas de pesquisa antiéticas, revisão por pares comprometida ou conflitos de interesse não revelados.

“Alguns dos motivos mais frequentes de retratação são manipulação de dados, plágio, falhas metodológicas, problemas de autoria ou questões éticas” (Canto et al., 2024). Para Hayashi e Guimarães (2024), as retratações não devem ser vistas apenas como um indicativo de falha, mas como reflexo da dinâmica social e dos princípios éticos que regem a ciência.

Canto et al. (2024) realizaram uma pesquisa com o objetivo de analisar artigos publicados em acesso aberto, utilizando dados das plataformas OpenAlex e *Retraction Watch*. A análise demonstrou um crescimento expressivo no número de retratações a partir dos anos 2000, o que pode ser atribuído, segundo os autores, à maior atenção da comunidade científica às questões éticas, bem como ao aumento de publicações predatórias e à mercantilização do acesso aberto, com a cobrança de taxas de processamento de artigos (APCs).

Os autores Banerjee, Partin e Resnik (2022) também observaram que, nos últimos vinte anos, o aumento das retratações está relacionado não apenas à conscientização ética, mas ao aperfeiçoamento das técnicas de detecção de fraudes e erros, com a adoção de softwares de rastreamento de manuscritos e imagens.

Puerta Díaz, Hilário e Grácio (2024) apontam que a análise das retratações revela um cenário de vigilância crescente e evidencia a necessidade de aprimorar continuamente as práticas editoriais e a formação ética dos pesquisadores. Esses autores destacam a importância da educação ética voltada às boas práticas de autoria e à comunicação clara e responsável com os editores.

A análise realizada por Deniszczwicz e Kern (2016), com base em registros do *Retraction Watch*, evidencia que o autor é o principal agente causador dos problemas que levam à retratação, embora editores e revisores também apresentem corresponsabilidade em diversos casos. Essa constatação reforça a necessidade de uma abordagem sistêmica, que envolva a definição clara das responsabilidades de todos os atores do processo

editorial. Ignorar a corresponsabilidade de editores e revisores significa perpetuar uma visão limitada e punitiva do fenômeno, centrada exclusivamente na figura do autor.

Além disso, os autores destacam que a pressão por produtividade acadêmica e a lógica competitiva da publicação científica criam um ambiente propício à má conduta. O produtivismo, aliado à expansão das revistas predatórias e à mercantilização do conhecimento científico, aumenta o risco de práticas antiéticas e compromete a credibilidade do sistema de comunicação científica (Deniszczwicz; Kern 2016). Nesse contexto, a retratação emerge não apenas como um mecanismo corretivo, mas também como um sintoma das tensões entre ética, produtividade e reputação acadêmica.

A superação dessas práticas requer medidas integradas, que incluem a adoção de diretrizes éticas internacionais como as propostas pelo COPE, o uso sistemático de ferramentas tecnológicas de detecção de plágio e manipulação de imagens e a implementação de políticas editoriais transparentes. Deniszczwicz e Kern (2016) defendem que o fortalecimento da formação ética dos pesquisadores e a valorização de práticas colaborativas de revisão aberta podem promover maior transparência e equidade na avaliação científica.

Compreender as retratações no campo científico, especialmente no domínio do Direito, é essencial para aprimorar a governança editorial, fortalecer a confiança pública na ciência e promover uma cultura de integridade que ultrapasse o mero controle, alcançando o compromisso coletivo com a qualidade e a ética na comunicação científica.

2.1 Política de retratação nos periódicos científicos da Rede de Editores de Revistas Jurídicas (RERJ)

A RERJ surgiu a partir de um grupo de editores(as) de Revistas do Direito Qualis A participantes do Seminário Nacional de Periódicos Jurídicos Brasileiros, realizado em 2018 por iniciativa da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Os(as) editores(as) das revistas de Direito participantes do evento formalizaram a criação da rede de pesquisa, estabelecendo um ambiente virtual destinado à interação entre os diferentes atores envolvidos no processo editorial: pareceristas, editores, autores e leitores. O objetivo foi estimular a troca de conhecimentos sobre o universo das revistas científicas, promover a colaboração científica e difundir boas práticas editoriais entre os periódicos jurídicos (RERJ, 2025).

A rede é composta por 13 periódicos científicos classificados, conforme apresentado no Quadro 1. A análise das políticas de retratação nos periódicos que integram a RERJ oferece um panorama relevante sobre o grau de maturidade editorial das revistas jurídicas brasileiras de maior reconhecimento.

A escolha desse recorte justifica-se pela relevância de analisar a consolidação dos periódicos jurídicos e a formação de redes colaborativas entre seus editores. O foco nas práticas editoriais e nas diretrizes de retratação permite compreender como a área do Direito tem respondido aos desafios da integridade científica. A retratação, nesse contexto, deve ser compreendida não como instrumento punitivo, mas como mecanismo de retificação, integridade e transparência na comunicação científica.

3. Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com objetivo exploratório e descritivo, e com procedimento documental, voltado à análise das políticas de retratação dos periódicos científicos que compõem a Rede de Editoras e Editores de Revistas Jurídicas (RERJ).

O corpus da pesquisa é constituído pelos 13 periódicos científicos que integram a RERJ, conforme registro disponível em seu portal institucional. A escolha dessa amostra é intencional e justifica-se pelo fato de esses periódicos representarem a elite editorial da área jurídica brasileira, sendo classificados no estrato Qualis A, o que reforça sua relevância científica e o potencial de liderança na adoção de boas práticas editoriais.

O procedimento de coleta de dados consistiu no acesso direto às páginas web de cada periódico. Foram acessados e analisados, de forma sistemática, as seguintes seções:

- “Sobre” ou “Descrição da revista”, com foco no escopo, missão e objetivos editoriais;
- “Políticas editoriais”, com ênfase em ética, integridade, má conduta e retratação;

- “Diretrizes para autores” e “Processo de submissão”, buscando referências explícitas ou implícitas à retratação de artigos.

Os documentos e textos institucionais encontrados nessas seções foram tratados como fontes primárias. As informações foram extraídas e organizadas em uma planilha Excel, contendo as categorias: a) existência de política específica de retratação; b) localização e acessibilidade da informação (seção exclusiva ou conteúdo disperso); c) referências a organismos internacionais de boas práticas editoriais (COPE, CSE, SciELO, etc.); e d) descrição dos procedimentos adotados em caso de retratação, correção ou errata. As páginas foram analisadas com o objetivo de identificar menções e alinhamento dessas revistas jurídicas brasileiras com as boas práticas editoriais internacionais.

4. Resultados

A análise revelou que 92% (12) dos periódicos da RERJ não apresentam seção exclusiva dedicada à retratação, embora tratem do tema em áreas como “Submissões”, “Ética e Conduta” ou “Boas Práticas”. As informações, contudo, estão dispersas, exigindo busca ativa por parte do pesquisador. Em um contexto de ciência aberta, espera-se que as políticas editoriais de periódicos científicos de excelência estejam disponíveis de forma transparente e acessível em suas páginas *web*. De todo modo, a análise revelou que os periódicos científicos da RERJ seguem diretrizes de integridade científica recomendadas por entidades como Comitês de Ética na Publicação (CSE), SciELO e COPE.

Quadro 1 – Apresenta os periódicos que compõe a RERJ e as instituições vinculadas

Rede de Editores de Revistas Jurídicas (RERJ)							
Revista	Instituição	ISSN	ISSN-L	Quali s			
Revista Brasileira de Inteligência Artificial e Direito	Associação Ibero Americana de Direito e IA	ISSN 2675-3146	2675-3146	C			
Revista Brasileira de Direito	Atitus Educação	ISSN 2238-060	2238-0604	A1			
Revista de Direito Internacional	Centro Universitário de Brasília	ISSN 2236-997X	2237-1036	A1			
Veredas do Direito	Escola Superior Dom Helder Câmara	ISSN 2179-8699	1806-3845	A1			
Revista Direito GV	Fundação Getúlio Vargas – FGV	ISSN 2317-6172	1808-2432	A1			
Revista de Direito Administrativo	Fundação Getúlio Vargas – FGV	ISSN 2238-5177	0034-8007	A1			
Revista Brasileira de Direito Processual Penal	Instituto Brasileiro de Direito Processual Penal – IBRASPP	ISSN 2525-510X	2359-3881	A1			
Revista Direito Público	Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa – IDP	ISSN 1806-8200	2236-1766	A1			
Revista Direito e Práxis	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	ISSN 2179-8966	2179-8966	A1			
Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	ISSN 2175-2168	2175-2168	A1			

Revista Brasileira de Direito Animal	Universidade Federal da Bahia	ISSN 4552	2317-1809-9092	A2
Revista Brasileira de Estudos Políticos	Universidade Federal de Minas Gerais	ISSN 5736	2359-0034-7191	A1
Seqüência: Estudos Jurídicos e Políticos	Universidade Federal de Santa Catarina	ISSN 9562	0101-2177-7055	A1
Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM	Universidade Federal de Santa Maria	ISSN 3694	1981-1981-3694	A2
Revista de Investigações Constitucionais	Universidade Federal do Paraná	ISSN 5639	2359-2359-5639	A1

Fonte: As autoras (2025)

Destaca-se a Revista de Investigações Constitucionais, única entre as analisadas a apresentar uma política editorial clara e acessível, disposta em seção própria do site intitulada “Política de verificação de más práticas, infrações, errata e retratação”. A revista adota as recomendações das diretrizes de organismos de referência como o *Committee on Publication Ethics* (COPE) e a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Ao adotar explicitamente as “Guias para o registro, marcação e publicação de Errata e Retratação” dessas entidades, a Revista demonstra alinhamento com padrões internacionais de boas práticas editoriais, assegurando previsibilidade e consistência nas decisões relacionadas à integridade das publicações.

Essa constatação sugere que, embora exista entre as revistas da RERJ uma adesão declarada às recomendações de órgãos como o COPE e SciELO, a implementação efetiva dessas orientações ainda carece de uniformidade e sistematização. Há, portanto, um descompasso entre o discurso de compromisso com a ética editorial e a prática concreta de disponibilização de instrumentos normativos claros, acessíveis e públicos.

Dessa forma, a análise das políticas de retratação nos periódicos da RERJ contribui para evidenciar um desafio mais amplo: a necessidade de fortalecimento das práticas de governança editorial e de transparência no campo jurídico brasileiro. Tal fortalecimento passa por ações de capacitação de editores e pareceristas, pela criação de modelos de política editorial unificada no âmbito da própria RERJ e pela consolidação de uma cultura científica comprometida com a correção pública de eventuais falhas.

Assim, a RERJ pode desempenhar papel estratégico não apenas como rede de apoio e intercâmbio, mas também como instância indutora de boas práticas editoriais, promovendo a institucionalização de políticas de retratação padronizadas, visíveis e alinhadas às diretrizes da ciência aberta e da integridade científica.

5. Considerações Finais

A ausência formal de uma política de retratação específica pode comprometer a transparência e a integridade acadêmica das publicações. A inexistência de um protocolo claro para a correção ou a retirada de publicações dificulta a comunicação de eventuais erros à comunidade científica, além de gerar incertezas quanto à confiabilidade dos conteúdos disseminados. Ademais, a ausência dessas normativas representam uma lacuna na governança editorial, tornando imprescindível a adoção de práticas alinhadas a padrões internacionais de ética na publicação científica.

Uma política de retratação bem definida fortalece a credibilidade do periódico, garantindo que eventuais equívocos sejam tratados de forma ética, rastreável e definida antes mesmo do problema acontecer. Esse nível de clareza contribui para a confiabilidade do periódico na comunidade científica promovendo boas práticas editoriais, no contexto da ciência aberta, e incentivando a adoção de padrões éticos internacionais.

Pretende-se ampliar as análises dos periódicos científicos da RERJ também do ponto de vista das práticas de ciência aberta. Essa mesma investigação das políticas de retratação pode ser estendida para outros periódicos científicos do Direito para se ter uma melhor compreensão da aplicação desse tipo de política editorial no domínio. Acrescente-se ainda, a possibilidade de analisar a forma como as retratações são feitas pelos periódicos que têm uma política de retratação bem definida.

Declaração de uso de IA

Em consonância com as práticas de governança de uso de IA em atividades de pesquisa e com os requerimentos do CIbCA 2025, informamos que a ferramenta de IA Grammarly foi utilizada para auxiliar na revisão textual e correção gramatical do trabalho. Todos os resultados gerados foram verificados, editados e corrigidos manualmente pelos autores. Nenhum dado sensível foi inserido. Foram respeitados os princípios éticos de exatidão, respeito às licenças e confidencialidade.

Agradecimentos

Instituto Federal do Paraná (IFPR)
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Referências

Banerjee, T., Partin, K., & Resnik, D. B. (2022). Authorship issues when articles are retracted due to research misconduct and then resubmitted. *Science and Engineering Ethics*, 28(4), 1–25. <https://doi.org/10.1007/s11948-022-00386-1>

Committee on Publication Ethics. (2019). Retraction guidelines. COPE. <https://publicationethics.org/guidance/guideline/retraction-guidelines>

Canto, F. L., et al. (2024). Retratação de artigos em revistas de acesso aberto: Estudo exploratório a partir das bases OpenAlex e Retraction Watch. *Ciência da Informação*, 53(3). <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/313849>

Deniszczewicz, M., & Kern, V. M. (2016). Fontes dos problemas na revisão por pares que levam à retratação de artigos divulgados no Retraction Watch. *Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação*, 12(1). <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/191542>

Dias, T. M. R., et al. (2024). Retratações científicas no Brasil: Uma análise detalhada a partir da Retraction Database e Plataforma Lattes. *Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria*, 9. <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/306067>

Diaz, M. P., Hilario, C. M., & Grácio, M. C. C. (2024). Retratação de artigos brasileiros por motivo de autoria. *Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação*. <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/343068>

Hayashi, M. C. P. I., & Guimarães, J. A. C. (2024). Social dynamics and ethical principles: Keys to reading about retraction in publications. *RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 22. <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/308034>

Rede de Editores de Revistas Jurídicas. *Apresentação*. Rede de Editores de Revistas Jurídicas (RERJ). Recuperado em 30 de outubro de 2025, de <https://www.rerj.com.br/sobre-o-rerj/apresentacao/>

Santos-Damorim, K. I., et al. (2021). Reasons and implications of retracted articles in Brazil. *Transinformação*, 33. <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/217188>

Santos-Damorim, K. I., et al. (2023). Retracted and still cited: Profile of post-retraction citations in articles by Brazilian researchers. *Em Questão*, 29. <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/217758>

Silva, J. E., Dias, T. M. R., & Muriel-Torrado, E. (2024). Retratações científicas e suas correlações com a desinformação. *Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação*. <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/342215>

Licencia

Este resumen ampliado se distribuye bajo licencia Creative Commons Attribution Non Commercial Share Alike 4.0 International (CC-BY-NC-SA 4.0).